

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

INTERSETORIALIDADE TURÍSTICO-AMBIENTAL: a
prática da atividade turística em parques estaduais de
Minas Gerais

RAFAEL FREITAS CORRÊA

Belo Horizonte
2009

RAFAEL FREITAS CORRÊA

INTERSETORIALIDADE TURÍSTICO-AMBIENTAL: a promoção da atividade turística em parques estaduais de Minas Gerais

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientador: Deusdedit Soares dos Santos

Belo Horizonte
2009

C824i Correa, Rafael Freitas

Intersetorialidade turístico-ambiental: A promoção da atividade turística em parques estaduais de Minas Gerais / Rafael Freitas Corrêa. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro /Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2009.
63 f.: il.

Orientador: Deusdedit Soares dos Santos
Monografia (graduação) – Fundação João Pinheiro / Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Curso de Graduação em Administração Pública.

1. Turismo. 2. Meio Ambiente. 3. Parque Estadual. 4. Ibitipoca. 5. Itacolomi. 6. Políticas Públicas. 7. Intersetorialidade 8. Secretaria de Estado de Turismo. 9. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 10. Minas Gerais. I. Santos, Deusdedit Soares dos. II. Fundação João Pinheiro / Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. III. Título.

CDU: 379.85:504

Rafael Freitas Corrêa

Intersetorialidade turístico-ambiental: a promoção da atividade turística em parques estaduais de Minas Gerais

Monografia apresentada ao XVII Curso de Graduação em Administração Pública, da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Deusdedit Soares dos Santos (Orientador), Mestre, FJP

Cláudio Burian Wanderley, Mestre, FJP

Flávia de Paula Duque Brasil, Mestre, FJP

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2009

AGRADECIMENTOS

À Deus por todas as oportunidades até aqui concedidas.

Ao meu orientador, Deusdedit Soares dos Santos, pela incansável dedicação. A realização desse trabalho seria muito mais difícil sem o seu apoio.

Aos pais e familiares que propiciaram momentos de alegria, mas que suportaram horas difíceis ao meu lado por compreenderem cada situação.

Aos amigos da Escola de Governo e Fundação João Pinheiro por todo o companheirismo durante esses quatro anos de caminhada.

À todos que tive a oportunidade de conhecer na Secretaria de Estado de Turismo e na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais durante a realização desse trabalho.

À grande amiga Carla Renata que aos 21 de outubro de 2009 nos deixou para habitar um lar mais aconchegante.

À todos que, de alguma forma, contribuíram para que esse trabalho pudesse ser realizado.

"As grandes idéias surgem da observação dos pequenos detalhes".

Augusto Cury

APRESENTAÇÃO

O assunto a ser tratado nesse trabalho é fruto de observações feitas durante a realização do estágio supervisionado na Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – SETUR.

Essas observações despertaram ainda mais a minha curiosidade quando tive a oportunidade de visitar o Parque Estadual do Itacolomi, localizado nos municípios de Ouro Preto e Mariana.

Ao me deparar com uma estrutura muito bem arquitetada para recepcionar os turistas rapidamente imaginei que essa unidade de conservação recebesse um número considerável de visitantes. No entanto, após algum tempo que estava naquele local percebi que não havia uma quantidade de pessoas aparentemente compatível com a estrutura disponível. Num primeiro momento imaginei que poderia haver ali uma ociosidade daquele aparato em razão, talvez, da pouca divulgação dessa unidade de conservação e sobre suas formas de visitação. Essa impressão foi em função de desconhecer não só os parques estaduais abertos à visitação, mas também as regras estabelecidas para visitá-los.

De volta a Belo Horizonte tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas responsáveis não só pelo planejamento e execução de políticas públicas voltadas ao fomento e desenvolvimento do turismo no Estado, mas também com os envolvidos na gestão das unidades de conservação em Minas Gerais. Foi nessa ocasião que passei a observar as constantes visitas realizadas pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD à SETUR no intuito de desenvolver atividades em conjunto para a promoção do turismo nos parques estaduais abertos à visitação no Estado.

A partir desse momento foi possível construir um problema de pesquisa a fim de verificar o efeito da relação existente entre SETUR e SEMAD para o fim específico da promoção da atividade turística em parques sob a responsabilidade do IEF.

RESUMO

O trabalho em questão tem por objetivo entender a relação existente entre a Secretaria de Estado de Turismo e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais no que diz respeito à promoção da atividade turística em parques estaduais abertos à visitação sob a ótica da interface existente entre o setor turístico e ambiental, tendo em vista o caráter intersetorial de políticas públicas. Para melhor compreender essa questão foram selecionados, para um estudo de caso, os Parques Estaduais do Ibitipoca e do Itacolomi no intuito de verificar *in loco* as ações desempenhadas em conjunto por essas secretarias a fim de constatar o efeito dessa interação. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os principais atores envolvidos nessa ação que permitiram a obtenção de conclusões que foram baseadas no conteúdo das respostas dos entrevistados. O trabalho está estruturado de forma a apresentar o setor turístico e ambiental no contexto da intersetorialidade das políticas públicas, em seguida procede-se ao estudo empírico, contendo a contextualização das unidades de conservação no Estado de Minas Gerais, os aspectos metodológicos e a análise dos dados das entrevistas e, por fim, seguem as considerações finais, nas quais é possível explicitar alguns pontos acerca da atuação conjunta da SETUR e SEMAD para a promoção da atividade turística em parques estaduais abertos à visitação no Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Meio Ambiente; Políticas Públicas; Intersetorialidade; Secretaria de Estado de Turismo; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Parque Estadual do Ibitipoca; Parque Estadual do Itacolomi; Unidades de Conservação; Minas Gerais.

ABSTRACT

The work in question aims to understand the relationship between the State Secretariat of Tourism and the State Secretariat of Environment and Sustainable Development in Minas Gerais in relation to the promotion of tourism in the state parks open to visitors from the perspective of interface between the tourism industry and environment, given the intersectoral nature of public policies. To better understand this issue have been selected for a case study, the State Parks Ibitipoca and Itacolomi in order to spot verification of the actions carried out jointly by these departments in order to determine the effect of this interaction. In this sense, there were semi-structured interviews with key actors involved in this action that allowed us to obtain conclusions that were based on the content of the responses of interviewees. The work is structured to provide the tourism industry and environment in the context of intersectoral public policies, then proceed to the empirical study, containing the context of protected areas in Minas Gerais, methodological issues and data analysis interviews and, finally, following the closing remarks, in which it is possible to clarify some points about the joint action of SETUR and SEMAD to promote tourism in the state parks open to visitors in the state.

KEYWORDS: Tourism, Environment, Public Policy, Intersectoral, State Secretary of Tourism, Secretary of State for the Environment and Sustainable Development; Ibitipoca State Park; Itacolomi State Park, Protected Areas, Minas Gerais.

LISTA DE SIGLAS

FJP – Fundação João Pinheiro

GAP – Gerência de Áreas Protegidas / IEF / SEMAD

IEF – Instituto Estadual de Florestas

OMT – Organização Mundial do Turismo

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais

SETUR – Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais

SFDT – Superintendência de Fomento e Desenvolvimento do Turismo / SETUR

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO.....	11
1 – TURISMO E MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO DO MODELO INTERSETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2 – ESTUDO EMPÍRICO.....	22
2.1 – Unidades de conservação no Estado de Minas Gerais	22
2.1.1 – <i>Parque Estadual do Ibitipoca</i>	25
2.1.2 – <i>Parque Estadual do Itacolomi</i>	26
2.2 – Aspectos metodológicos	28
2.3 – Análise dos dados da pesquisa	32
3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
APÊNDICES	51
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

Abordar a atividade turística e seu relacionamento com os demais setores sociais é uma atividade complexa. Não há como se referir à política de promoção do turismo seja em âmbito federal, estadual ou municipal, sem trazer para a discussão suas interfaces com as áreas de saúde, educação, meio ambiente, emprego e renda, segurança pública, e etc. Antes de se promover uma localidade como sendo um destino turístico viável deve se pensar nas questões que serão, de alguma forma, avaliadas pelos turistas ao decidirem visitá-la.

Assim, é importante que, no desenho de políticas voltadas para esse setor, os gestores públicos levem em consideração as questões relacionadas à exploração econômica da atividade turística conciliada à sua sustentabilidade ambiental, além de outros fatores como segurança pública, existência de infra-estrutura viável que possibilite ao turista obter fácil acesso aos serviços, tendo em vista que são determinantes para a atração dos visitantes.

Para o caso em questão, ao tratar de atividades turísticas ligadas à natureza, praticadas, sobretudo, em parques estaduais abertos à visitação no Estado de Minas Gerais, o que se pretende avaliar é o nível de integração existente entre a Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, tendo em vista que a promoção dessa atividade exige, de alguma forma, que turismo e meio ambiente unam forças para alcançar um resultado comum, ainda que sob pontos de vista específicos. Isso significa dizer que, ainda que o resultado a ser obtido seja, em tese, perseguido pelos dois setores, cada um deles deverá atuar sob suas competências e políticas previamente estabelecidas. O que se pretende constatar é que a atuação conjunta desses setores permitirá a obtenção de melhores resultados, uma vez que cada um desses órgãos contribuirá, conforme os conhecimentos específicos que possuem sobre o assunto, dentro de suas competências previamente estabelecidas.

Para apresentar a interação desses dois setores, o modelo intersetorial de políticas públicas, bem como suas vantagens e implicações, será utilizado como o referencial teórico.

Para analisar a integração entre SETUR e SEMAD, um estudo de caso será utilizado sob a ótica desse modelo. No caso específico, a promoção de atividades de ecoturismo nos Parques Estaduais do Ibitipoca, localizado no município de Lima Duarte e do Itacolomi, situado nas cidades de Ouro Preto e Mariana.

Ainda que o resultado esperado seja concluir que uma atuação integrada seja capaz de permitir melhores resultados tanto para a SETUR quanto para a SEMAD no caso do objeto de análise, pode ser que questões de ordem prática, de caráter político ou econômico, inviabilizem essa interação. No entanto esses fatores não devem, ou pelo menos não deveriam ser, determinantes para que esse relacionamento não aconteça ou ainda que ocorra de forma insatisfatória. Dessa forma, para melhor captar essas interferências realizou-se um estudo de caso que trará elementos para um entendimento contextual da questão. Daí a importância das entrevistas realizadas com os principais servidores públicos envolvidos no caso, tanto os funcionários da SETUR quanto da SEMAD, sobretudo do Instituto Estadual de Florestas – IEF, autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e responsável pela manutenção das unidades de conservação de Minas Gerais.

Diante do exposto, o trabalho encontra-se estruturado de forma a apresentar o problema inicial de pesquisa, abordando em seguida o referencial teórico relacionado à intersetorialidade de políticas públicas aplicado aos setores turístico e ambiental.

Em seguida parte-se para a análise dos dados empíricos captados por meio de entrevistas semi-estruturadas que permitiram a obtenção de informações essenciais para o exame da interação existente entre essas duas secretarias de estado. O objetivo foi verificar o relacionamento existente entre SETUR e SEMAD na promoção da atividade turística em parques estaduais abertos à visitação. Além disso, tentou-se apurar a maneira pela qual é realizada a comunicação entre os responsáveis pelo planejamento dessas ações e a área executora, a fim de constatar se existe uma proximidade e coerência entre a concepção e execução das ações.

Por fim foram feitas algumas considerações com o objetivo de posicionar a análise dos dados empíricos face ao referencial teórico, buscando constatar, através da realidade, se o discurso apresentado pelos entrevistados condiz com as ações desempenhadas por cada um dos órgãos envolvidos nessa análise.

1 – TURISMO E MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO DO MODELO INTERSETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O turismo é uma atividade extremamente complexa e que está associada a diversos setores sociais, tais como saúde, educação, meio ambiente, infra-estrutura, emprego e renda, dentre outros. Entender as relações que essa atividade estabelece com qualquer uma dessas áreas demanda um esforço significativo por parte dos cidadãos e, sobretudo, dos gestores públicos, principalmente aqueles ligados ao desenho, à implantação, implementação e execução de políticas públicas voltadas para esse setor.

Toda essa complexidade que permeia a atividade turística exige do poder público uma maior e melhor capacidade de resposta frente às demandas – sobretudo por lazer – que têm surgido nos últimos tempos, fazendo com que estudiosos da Administração Pública analisem essas situações no intuito de responder alguns questionamentos e, ao mesmo tempo, propor soluções relativamente viáveis para que o Estado consiga lidar com essas novas necessidades impostas pela população.

Atualmente, a estrutura governamental está disposta de forma setorializada “(...) com um formato piramidal, composto de vários escalões hierárquicos, e departamentalizados setorialmente por disciplinas ou áreas de especialização.” (INOJOSA, 1998, p. 38) No entanto, sabemos que as necessidades dos cidadãos não são tão bem definidas assim. Um cidadão pode e necessita, simultaneamente, de todos esses serviços, fazendo com que a estrutura departamentalizada de prestação de serviços pelo Estado não atenda as suas necessidades de forma completa. É inquestionável a dificuldade que os governos possuem de atender a todas essas demandas de forma absoluta. Essa situação, apesar de ser a desejada pela maioria das pessoas, é difícil de ocorrer tendo em vista a heterogeneidade das necessidades das populações e a capacidade fiscal dos governos. Abordando essa questão, Sucupira (1998) afirma que:

Não há mais espaço para a atuação do estado, através de ações normatizadoras e centralizadas dos antigos programas. Atualmente, a diversidade das realidades dos municípios não comporta mais as propostas homogeneizantes e padronizadas, concebidas pelos planejadores do nível central, na busca de racionalização de recursos. (SUCUPIRA, 1998, p. 61).

No entanto, o que está em discussão não é o atendimento integral das necessidades dos cidadãos pelo Poder Público, mas sim o atendimento eficiente e de qualidade para os serviços hoje oferecidos pelo Estado. Sob esse aspecto afirma L. Junqueira (1998) que:

O cidadão, para resolver seus problemas, necessita que eles sejam considerados na totalidade e não de forma fragmentada. Os serviços são dirigidos aos mesmos grupos sociais, que ocupam o mesmo espaço geográfico. Mas o atendimento de cada política social é feito de maneira isolada, enfrentando os problemas apenas da sua ótica, independentemente da sua capacidade de resolução.(JUNQUEIRA, 1998, p. 14).

Diz ainda que:

A qualidade de vida passa pela interação de várias dimensões do bem-estar – físico, psíquico e social – que as políticas setoriais, isoladamente, não são capazes de realizar. As expectativas e necessidades dos diferentes grupos populacionais demandam articulações e ênfases distintas na efetivação das políticas. Assim, é necessário considerar esses grupos populacionais e o espaço que ocupam para formular planos e programas que atendem às suas necessidades.(JUNQUEIRA, 1998, p. 14).

Diretamente relacionada à fragmentação e setorialização dos serviços prestados pelo Estado está o modo de organização do governo que, visando atender, na maioria dos casos, compromissos assumidos na época de campanha eleitoral, preocupam-se muito mais em garantir a manutenção das alianças políticas, para garantir o atendimento de seus interesses, promovendo um verdadeiro ‘loteamento’ do governo, com a distribuição de cargos e funções não de uma maneira que analise a competência técnica do candidato para ocupar a vaga, mas sim baseado em critérios políticos. Segundo Inojosa (1998) “Os modelos são desenhados de modo a garantir um conjunto de espaços de poder para acomodar compromissos e alianças firmados pelo grupo que assume a direção do aparato.” (INOJOSA, 1998, p. 36).

É importante abordar esse ‘loteamento’ como forma de explicar a organização do governo, uma vez que a repartição e hierarquização do poder é o fator determinante do modelo que hoje predomina e que, ainda que haja um desejo de mudança por parte da sociedade, perdurará por muito tempo. É o que nos diz Inojosa (1998) ao afirmar que “O ‘loteamento’ do governo não desaparecerá, como por encanto, junto com a velha estrutura, pois tem raízes no sistema político representativo”. (INOJOSA, 1998, p. 46).

A 'velha estrutura' citada por Inojosa (1998) está associada não só ao modelo de organização do governo – de forma setorializada e departamentalizada, - mas também ao:

(...) conjunto de práticas de organizações do trabalho, como: centralização decisória, planejamento normativo, dicotomia entre planejamento e execução (planos de papel), sigilo e ocultação de informações, formalização excessiva (grande produção de papéis que circulam em rotas horizontais e verticais, para receberem, no mais das vezes, meros encaminhamentos), e distanciamento do cidadão e mesmo do usuário, dificultando o controle social.(INOJOSA, 1998, p. 38).

Diante desse contexto torna-se necessário reorganizar o aparato governamental de forma que seja possível atender as novas demandas sociais impostas pela população, levando-se em consideração a heterogeneidade e complexidade dessas demandas bem como o seu fator geográfico, aqui entendido como sendo os problemas característicos de uma região, partindo-se do pressuposto que os grupos sociais estão dispostos de modo que compartilhem características comuns, permitindo-nos dizer que as características associadas a determinado lugar são o resultado, em grande parte, das características comuns dos cidadãos que ali residem.

A reorganização do aparato em questão não está associada às várias reformas administrativas realizadas por cada governo no início dos mandatos, que se resumem basicamente em um rearranjo constante dos organogramas institucionais, sem levar em consideração as necessidades sociais que surgem a cada dia e a necessidade de distribuição de poder de forma a permitir maior participação da população nas decisões políticas. Nesse sentido é fundamental tratar a questão da descentralização do poder político para as instituições locais de forma que as decisões possam não só estar próximas dos cidadãos, mas também contar com sua participação na gestão de recursos de toda natureza.

A descentralização aqui tratada pode ser entendida como sendo "(...) um processo de transferência de poder dos níveis centrais para os periféricos." (JUNQUEIRA, 1998, p. 12), e está, no caso brasileiro, conforme exposto por Siqueira (1998), diretamente associada ao processo de municipalização, consagrado pela Constituição Federal de 1988 ao abordar a autonomia política-administrativa, financeira e fiscal dos municípios brasileiros, ao elevá-los à condição de entes federados.

Ainda que não haja um consenso em torno desse conceito ele é utilizado como sendo uma estratégia que permita a reestruturação do aparato governamental não com o intuito de reduzi-lo, mas sim de torná-lo mais ágil e eficiente, permitindo maior participação social nas relações que envolvem Estado e sociedade, configurando-se como sendo uma forma de trazer para o âmbito municipal e, conseqüentemente para próximo dos cidadãos, as decisões sobre as políticas sociais.

No entanto, conforme Junqueira (1998):

Apesar de a descentralização não poder ser confundida com democratização e participação, ela é um 'processo de redistribuição do poder de decisão estatal em suas dimensões funcionais ou territoriais', mas não terá sentido se não vier acompanhada pela presença da sociedade civil. E, no contexto da crise dos estados nacionais, combina-se a emergência dos governos locais comprometidos com a cidadania e a democracia. (JUNQUEIRA, 1998, p. 13).

Associado ao processo de descentralização e a aproximação das decisões políticas dos cidadãos, e diante do contexto de fragmentação das políticas públicas, surge um novo conceito cujo objetivo é abordar as relações entre os diversos setores públicos no atendimento das necessidades dos cidadãos e a interdisciplinaridade existente entre elas. Trata-se do modelo intersetorial, que, conforme Inojosa (1998), diz respeito à "(...) articulação de saberes e experiências no planejamento, a realização e a avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando a um efeito sinérgico no desenvolvimento social" (INOJOSA, 1998, p. 43.) Ainda, para Menicucci (2002):

A intersetorialidade significa uma nova maneira de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão em sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para gestão da cidade, superando a forma segmentada e desarticulada como em geral são executadas as diversas ações públicas encapsuladas nos vários nichos setoriais que se sobrepõem às subdivisões profissionais ou disciplinares. Significa tanto um esforço de síntese de conhecimento como de articulação de práticas, buscando unificar o modo de produção de conhecimento e as estratégias de ação tendo como meta inclusão social. (MENICUCCI, 2002, p. 11).

No entanto, embora Menicucci (2002), ao definir intersetorialidade, aborda a questão da existência de uma nova lógica para a gestão da cidade, entende-se que esse conceito pode ser facilmente aplicado às três esferas de governo, tendo em vista que esse modelo prevê uma integração e atuação conjunta entre diversas áreas, o que

pode ocorrer tanto em nível federal, através de ações ministeriais integradas; estadual, através da cooperação entre secretarias de estado e, por fim, em nível municipal, através de parceria entre as secretarias municipais.

O conceito de intersetorialidade divide-se, ainda, em intersetorialidade restrita e ampla. Conforme Magalhães (2004), a intersetorialidade restrita seria aquela em que os programas atendem a muitos cidadãos em poucas de suas dimensões de vulnerabilidade, enquanto que a intersetorialidade ampla seria justamente o contrário, ou seja, os programas atenderiam a um número relativamente pequeno de cidadãos em muitas de suas dimensões de vulnerabilidade.

Esse novo modelo de abordar as políticas públicas propõe uma integração entre os diversos setores públicos, visando a prática do planejamento e avaliação de forma integrada e regionalizada, de forma que as demandas dos cidadãos possam ser mais bem atendidas, tendo em vista a sua complexidade. No entanto, não se trata de anular qualquer um dos setores para lidar somente com organizações interdisciplinares. Conforme Inojosa (1998):

Esse modelo novo evidentemente não exclui equipes especializadas por serviços. As escolas, hospitais, centros de assistência, casas de cultura, equipamentos de esporte e lazer, usinas de asfalto, núcleos de fiscalização de obras etc. continuarão a existir com suas equipes especializadas. A diferença é que as equipes e serviços estarão integrados em uma única rede regional. (INOJOSA, 1998, p.44).

Para que isso aconteça, é necessário que haja uma mudança organizacional de forma que a estrutura governamental seja mais flexível e organizada conforme as necessidades de determinada região. Esse novo arranjo, mais maleável e pautado em ações de cooperação entre os setores, permitiria, segundo Magalhães (2004), a obtenção de ações eficientes pelo Estado, tendo em vista a possibilidade de que as ações setoriais possam produzir efeitos multissetoriais. Para exemplificar esse argumento, o próprio autor cita uma situação em que o investimento na educação de adolescentes – uma ação setorial – seria responsável por gerar resultados em outras áreas – daí o caráter multissetorial –, tais como saúde (representada pela diminuição da mortalidade infantil) e emprego (sendo representado pela obtenção de melhores empregos e salários mais altos). Sob essa ótica, o caráter multissetorial possibilitaria a

otimização dos recursos utilizados pelos governos ao lidar com os problemas da população em um território específico.

No entanto, e como forma de garantir não só a realização de ações intersetoriais mas também a sua existência ao longo do tempo (desde que haja um interesse dos atores envolvidos no processo), a reorganização do aparato governamental não consegue, por si só, assegurar a efetivação dessas ações. Na prática, questões de ordem financeira e política, principalmente, são capazes de inviabilizar uma atuação integrada de diferentes órgãos. Nesse sentido, Gaetani (2008) afirma que “Os mecanismos orçamentário-financeiros não alavancam abordagens intersetoriais. Ao contrário, favorecem as abordagens mais setoriais e fragmentadas possíveis”. (GAETANI, 2008, p. 41). Além desses dois fatores, Gaetani (2008) cita ainda que:

Não há incentivo para que servidores busquem ir além de suas jurisdições. Um dos constrangimentos da burocracia, mesmo levando-se em conta uma visão dela mais benigna, positiva e meritocrática, é a de que não se dá um passo além de jurisdições e mandatos previamente especificados. (GAETANI, 2008, p. 41).

Uma forma de amenizar a interferência causada por esses fatores seria estabelecer, por meio de formalização de instrumentos de gestão administrativa, programas e ações cujos objetivos e metas a serem atingidos através da gestão compartilhada de responsabilidades entre as secretarias englobaria, obrigatoriamente, os órgãos envolvidos no processo, cujos resultados almejados serão tão importantes para cada um deles, minimizando, dessa forma, os riscos de que um comportamento individualista e de *rent-seeking* por parte da burocracia seja capaz de potencializar suas ações por meio da proteção e maximização de seus orçamentos individuais.

Seguindo a mesma lógica da integração e dos benefícios que podem ser gerados pelas ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação e emprego, o estímulo ao desenvolvimento de ações conjuntas entre turismo e meio ambiente também pode, além de suscitar ganhos para a população, ser uma condição para que essas duas áreas obtenham melhores resultados. Isso pode ser explicado pela aproximação que há entre esses dois setores, sobretudo se levarmos em consideração os conceitos de turismo sustentável, ecoturismo e turismo de aventura. A realização de atividades ligadas a esses tipos de turismo está intrinsecamente relacionada à questão

ambiental, e esse relacionamento pode ser facilmente percebido na própria conceituação dessas modalidades turísticas como se verá a seguir.

É preciso, porém, antes de definir esses conceitos, explicitar o significado do termo *Turismo*, que, de acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT e adotado oficialmente pelo Brasil compreende:

As atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras¹. (OMT, 2001)

No entanto constata-se que não há, nessa definição, uma preocupação com os conceitos referentes a sustentabilidade da atividade turística, tema intensamente abordado pelos países na atualidade tendo em vista a dicotomia que existe entre preservação ambiental e a exploração econômica. Dessa forma, e como ocorre em quase toda atividade humana que, para se legitimar deve incorporar em seu exercício ações sustentáveis, com o turismo a situação não é diferente. A atividade turística pode disseminar germes de sua própria destruição se não congrega padrões adequados de sustentabilidade, já que alguns de seus segmentos são intrinsecamente dependentes da preservação dos valores do patrimônio natural, cultural e ambiental. Nesse sentido, a adoção de práticas sustentáveis pelo turismo faz surgir uma modalidade, o turismo sustentável que, segundo Swarbrooke, citado por Agnes (2003) é definido como:

Formas de [práticas do] turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. (SWARBROOKE *apud* AGNES, 2003, p. 1).

Já o termo ecoturismo pode ser conceituado, segundo a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, do Ministério do Turismo, como:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2008).

¹ Organização Mundial do Turismo. Introdução ao Turismo. Madrid, 2001.

Isso significa dizer que o ecoturismo é a atividade turística associada à natureza e, por isso, praticado em áreas não urbanas onde também estão presentes práticas sustentáveis de exploração dessa atividade.

Por fim, o termo turismo de aventura pode ser assim definido:

Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. (BRASIL, 2008)

As definições acima demonstram o quão próxima é a relação estabelecida entre o meio ambiente e o turismo. Depreende-se, a partir disso, que o turismo é uma atividade de grande complexidade com superposições em inúmeras outras áreas de conhecimento e de gestão no âmbito das políticas públicas. Percebe-se que a atividade turística e a gestão de suas políticas podem ser propiciadoras de ações com maior nível de interação entre os diversificados setores de decisão, o que pode trazer ganhos não só para o turismo como para os demais setores com o qual interage. É justamente nesse contexto que se pretende elucidar como o modelo intersetorial de políticas públicas entre turismo e meio ambiente tem sido utilizado por cada um desses segmentos governamentais em busca de melhores resultados para a sociedade, tendo em vista que uma gestão integrada entre os dois setores não só é possível como pode ser capaz de gerar maiores ganhos para a população. Além disso, pretende-se evidenciar até que ponto o sucesso da política de turismo não seria dependente, em grande parte, de níveis adequados de gestão integrada e, em particular com o setor de meio ambiente para a promoção de práticas relacionadas, sobretudo, ao turismo sustentável.

Assim, para verificar o relacionamento existente entre SETUR e SEMAD, e em função da interdependência que há entre turismo e meio ambiente, buscou-se constatar como essas secretarias estão situadas frente ao modelo intersetorial de políticas públicas através de um estudo de caso aplicado à promoção da atividade turística nos Parques Estaduais do Ibitipoca e do Itacolomi.

No próximo capítulo estão descritos o contexto no qual estão inseridas as unidades de conservação em Minas Gerais, os aspectos metodológicos e os principais

questionamentos que deverão ser levados em consideração na análise desse estudo de caso.

2 – ESTUDO EMPÍRICO

No intuito de verificar a existência de interação entre a SETUR e a SEMAD para a promoção de atividades turísticas em parques estaduais de Minas Gerais, buscamos, através do estudo de caso de dois parques estaduais indicados pelos dirigentes entrevistados, analisar as ações desenvolvidas por essas duas secretarias.

Avaliar as ações realizadas em conjunto pela SETUR e SEMAD para a promoção de atividades turísticas nos Parques Estaduais do Ibitipoca e do Itacolomi, conforme exposto pela superintendente de fomento e desenvolvimento do turismo e do gerente de áreas protegidas, é uma maneira de detectar a forma de atuação das secretarias de estado em questão.

2.1 – Unidades de conservação no Estado de Minas Gerais

A Lei Federal nº 9985, de 18 de Julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais – define unidades de conservação, em seu artigo 2º, inciso I, como sendo o:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

Constituem-se como objetivos do SNUC, conforme estabelecido no artigo 4º da referida legislação:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
 VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
 VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
 VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
 IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
 X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
 XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
 XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
 XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Além disso, essa legislação diferencia as unidades de conservação em dois grandes grupos com características específicas, sendo:

I – Unidades de Proteção Integral e

II – Unidades de Uso Sustentável

Conforme disposto no artigo 7º, § 1º e 2º, o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, enquanto o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Com base nessa definição compõem a lista de Unidades de Proteção Integral as seguintes categorias:

I – Estação Ecológica;

II – Reserva Biológica;

III – Parque Nacional;

IV – Monumento Natural; e

V – Refúgio de Vida Silvestre.

No que concerne às Unidades de Uso Sustentável, constituem esse grupo as seguintes categorias:

I – Área de Proteção Ambiental;

II – Área de Relevante Interesse Ecológico;

III – Floresta Nacional;

IV – Reserva Extrativista;

- V – Reserva de Fauna;
- VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Conforme essas definições e baseando-se em sua legislação estadual, Minas Gerais possui atualmente:

- 10 Estações Ecológicas Estaduais;
- 15 Áreas de Proteção Ambiental;
- 2 Florestas Estaduais;
- 33 Parques Estaduais;
- 9 Reservas Biológicas;
- 1 Monumento Natural;
- 1 Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável;
- 3 Refúgios Estaduais de Vida Silvestre;
- 22 Áreas de Proteção Especial.

Para o propósito desse trabalho, cujo objeto de análise são dois parques estaduais, interessa-nos explicitar apenas que, conforme estabelece o artigo 11 combinado com o seu § 4º, o Parque Estadual tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Diante desse conceito e com base na entrevista realizada com a Superintendente de Fomento e Desenvolvimento do Turismo da SETUR e com o Gerente de Áreas Protegidas do IEF, foram escolhidos, como objeto de análise da interação entre a SETUR e a SEMAD, os Parques Estaduais do Ibitipoca e do Itacolomi, por apresentarem, segundo eles, condições que permitam a visualização do resultado do trabalho em parceria desenvolvido por essas duas secretarias de estado. Assim, segue, na próxima seção, uma sucinta caracterização de cada um desses parques.

2.1.1 – Parque Estadual do Ibitipoca

O Parque Estadual do Ibitipoca foi criado no mês de julho do ano de 1973, através da Lei 6126. Abrange uma área de 1488 hectares e sua altitude varia de 1050 a 1784 metros. O nome do parque tem origem no tupi-guarani em que ‘*ybytyra*’ faz referência à montanha, serra; e ‘*pok*’ significa estalo. Assim ‘*ibitipoca*’ significa “montanha que estala”, e essa é uma possível referência às tempestades elétricas comuns nessa região. Há quem diga, ainda, que *ibitipoca* significaria “casa de pedra” e essa denotação estaria relacionada à grande quantidade de cavidades naturais existentes que serviam de abrigo.

Localizado na Zona da Mata mineira o Ibitipoca abrange os municípios de Lima Duarte e Santa Rita do Ibitipoca, e está a aproximadamente 360 km de Belo Horizonte.

Inserido num ambiente cujo clima é classificado como tropical de altitude mesotérmico, com inverno frio e seco e chuvas intensas no verão, a temperatura varia entre 15° C e 18° C.

O relevo do parque é caracterizado por suaves colinas que são pouco resistentes à erosão. As altitudes médias variam em torno de 950 a 1100m nas proximidades da Serra de Ibitipoca que, juntamente com a Serra Negra, forma um dos conjuntos mais elevados da região.

Quanto à fauna o parque apresenta grande diversidade, tendo sido registradas mais de quarenta espécies de mamíferos e mais de trinta e nove espécies de anfíbios, uma das quais, a *Hyla ibitipoca*, uma espécie de perereca identificada pela primeira vez no local. Com relação à flora o parque conta com mais de quinhentas e quarenta espécies, pertencentes a oitenta e quatro famílias botânicas.

O Parque Estadual do Ibitipoca conta com vinte e sete atrativos dos mais diversos tipos, tais como mirante, lagos e lagoas, grutas, picos, cachoeiras e prainhas que propiciam o desempenho do ecoturismo e turismo de aventura, o que faz dessa unidade de conservação ser a mais visitada no Estado, como ocorreu no ano de 2007, em que mais de trinta mil visitantes passaram por esse lugar. O local dispõe ainda de infra-estrutura composta por restaurante e alojamentos para os casos em que o

visitante desejar permanecer no parque. Destaca-se que o horário de funcionamento da unidade de conservação é das 7 horas até as 18 horas, diariamente.

2.1.2 – Parque Estadual do Itacolomi

O Parque Estadual do Itacolomi foi criado em junho de 1967, através da Lei 4495 e reaberto para visitação no ano de 2004. Situado entre os municípios de Ouro Preto e Mariana, a aproximadamente 100 km de Belo Horizonte, sua área total é de 7543 hectares. Seu nome, numa menção ao Pico do Itacolomi, situado no interior no parque, significa “Pedra Menina”, em que ‘*ita*’ significa pedra e ‘*kuru’mi*’, menina. Esse nome faz referência   pequena rocha disposta ao lado de outra, muito maior, e que, por um longo período de tempo, foi uma referência geográfica para os exploradores de ouro que atuavam naquela região.

O clima predominante nessa unidade de conservação é caracterizado como sendo de altitude, marcado pela ocorrência de nevoeiros e ventos dominantes na região sudoeste. É relativamente úmido em que as temperaturas variam de 4  C a 33  C, com média de 21  C.

O relevo, com altitudes que variam de 700 até 1772 m, no cume do Pico do Itacolomi, é tipicamente montanhoso.

Inserido numa região de transição entre dois ricos biomas brasileiros – a mata atlântica e o cerrado – o parque abriga uma fauna e flora extremamente diversificadas, tendo sido registradas pelo IEF mais de quatrocentas espécies de animais. Com relação   vegetação, além de candeias, quaresmeiras, bra nas, bromélias e canelas-de-ema, o parque abriga uma enorme variedade de orquídeas, dentre as quais a *Habenaria itacolumia*, espécie rara cujo nome foi dado em função de sua ocorrência nessa região.

O Parque Estadual do Itacolomi oferece a seus visitantes trinta e quatro atrativos que, diferentemente do Ibitipoca, cujos atrativos estão ligados principalmente à realização do turismo de aventura, estão relacionados ao caráter histórico associado àquela região, sobretudo ao período aurífero do Brasil-col nia. Exemplo disso é a Casa

Bandeirista, o Museu do Chá e a Capela São José, que acabam por atrair um outro perfil de turista. O lugar dispõe também de quatro alojamentos e restaurante caso o visitante opte por hospedar-se no parque.

Ressalta-se que caso o turista deseje hospedar-se nos alojamentos ou ainda utilizar a área de camping é necessário entrar em contato com a gerência da unidade de conservação para verificar a disponibilidade e realizar o agendamento da visita. O horário de funcionamento do Parque Estadual do Itacolomi é de quarta-feira à segunda-feira, de 8 horas até as 17 horas.

Segue abaixo uma tabela contendo o perfil dos parques estaduais abordadas nesse trabalho.

Tabela 1: Perfil dos Parques Estaduais analisados (continua)

Atributos	Nome do Gerente	Localização (municípios)	Distância até Belo Horizonte (km)	Principal acesso a partir de Belo Horizonte	Data de criação	Área (ha)	Flora	Fauna
Nome da UC (1)								
Parque Estadual do Ibitipoca	João Carlos Lima de Oliveira	Lima Duarte e Santa Rita do Ibitipoca (Zona da Mata)	350	BR 040, BR 267	4/7/1973	1488	Registro de mais de 540 espécies	Diversificada. Destaque à <i>Hyla ibitipoca</i> , espécie de perereca identificada pela primeira vez no parque
Parque Estadual do Itacolomi	Juarez Távora Basílio	Ouro Preto e Mariana	100	BR 040, BR 356	14/6/1967	7543	Área de transição entre Mata Atlântica e Cerrado	Registro de mais de 400 espécies

Tabela 1: Perfil dos Parques Estaduais analisados (conclusão)

Atributos	Clima	Relevo	Número de atrativos	Infra-estrutura	Horário de funcioname	Telefone para contato
Nome da UC (1)						
Parque Estadual do Ibitipoca	Tropical de altitude mesotérmico	Dominado por suaves colinas	27	Alojamentos, área de camping e restaurante	Diariamente das 7 às 18 horas	(32) – 3281.1101
Parque Estadual do Itacolomi	Clima de altitude	Tipicamente montanhoso	34	Alojamentos, área de camping e restaurante	De 4ª a 2ª feira, das 8 às 17 horas.	(31) – 8835.7260

Fonte: Dados Básicos. Elaboração própria do autor.

Notas: Dados sujeitos a alteração.

(1) UC significa Unidades de Conservação.

2.2 – Aspectos metodológicos

Levando-se em consideração que a aplicação de um modelo intersetorial na gestão de políticas públicas, sobretudo nos setores turístico e ambiental, é algo a ser desejável (se considerarmos os resultados positivos que podem surgir dessa relação), e o propósito de verificar o nível de interação existente entre SETUR e SEMAD para a promoção da atividade turística nos Parques Estaduais do Ibitipoca e do Itacolomi, foram realizadas, inicialmente, entrevistas com a Superintendente de Fomento e Desenvolvimento do Turismo – SETUR e com o Gerente de Áreas Protegidas – IEF/SEMAD. Em seguida, procedeu-se às entrevistas com os gerentes dos parques estaduais selecionados, também funcionários do IEF/SEMAD, a fim de verificar se o planejamento e as ações definidas pelos dirigentes citados acima são compreendidas e colocadas em prática por esses gerentes.

A partir de um roteiro de perguntas previamente elaborado e com base na realização de entrevistas semi-estruturadas objetivou-se evidenciar, no conteúdo das respostas de cada entrevistado, aspectos comuns e divergentes quanto à percepção da relação existente entre essas secretarias e de que forma o desenvolvimento de ações intersetoriais entre esses órgãos contribuirá para a promoção da atividade turística nos

parques estaduais selecionados. Destaca-se, no entanto, que as informações coletadas para análise desse trabalho são de cunho qualitativo cujo tratamento versará sobre o seu conteúdo a fim de diagnosticar a percepção dos fatos por cada um dos atores ora envolvidos.

Além disso, buscou-se verificar se as atividades atualmente desempenhadas em conjunto entre esses órgãos proporcionam resultados mais satisfatórios para cada um dos segmentos em questão.

Para essa constatação, serviremos de uma técnica de pesquisa conhecida como *Observação Direta Intensiva*² e *Documentação Direta*³.

Para a obtenção dos dados utilizaremos uma metodologia denominada “*Pesquisa de Campo*” que pode ser definida, conforme Marconi e Lakatos (2007) como sendo:

(...) aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 188)

A *Pesquisa de Campo* divide-se ainda em três grupos, podendo ser *quantitativo-descritivo, exploratório e experimental*. Para o trabalho em questão, o método utilizado é o *Exploratório*, que se subdivide ainda em *estudos exploratório-descritivos combinados*. Para Marconi e Lakatos (2007), *Pesquisa de campo exploratória* pode ser definida como sendo:

Investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.190)

Por *estudos exploratório-descritivos combinado* Marconi e Lakatos (2007) afirmam que “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente

² Conforme Marconi e Lakatos (2007) *Observação Direta Intensiva* é uma técnica de pesquisa utilizada sob a forma de observação e entrevista.

³ Entende-se por *Documentação Direta*, conforme Marconi e Lakatos (2007) que “A documentação direta constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Esses dados podem ser obtidos de duas maneiras: através da pesquisa de campo ou da pesquisa de laboratório”.

determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 190).

O objetivo é apresentar uma realidade existente e analisá-la à luz da teoria específica relacionada ao assunto. No caso em questão, o que se buscou fazer foi comparar o desempenho da atividade turística em dois parques estaduais em diferentes situações, a fim de constatar de que forma a interação entre SETUR e SEMAD, através da adoção de um modelo intersetorial de políticas públicas, contribui para a promoção do turismo nessas unidades de conservação. Para essa análise comparativa foi necessário obter algumas informações relevantes sobre os parques estaduais analisados, tais como atrativos turísticos disponíveis aos turistas, tempo em que a unidade de conservação está aberta à visitação, perfil dos visitantes, infra-estrutura disponível, dentre outros, para que não obtivéssemos conclusões equivocadas ou meramente simplistas sobre a realidade.

Todo esse cuidado foi necessário, pois não se trata aqui de revelar uma condição única sobre a realidade da promoção da atividade turística nos parques estaduais escolhidos para análise, mas sim de apresentar um caso e estudá-lo no intuito de verificar a existência de integração entre as duas secretarias de estado em questão.

Para dar início à pesquisa, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica sobre o modelo intersetorial aplicado ao setor público, a fim de destacar a sua importância, além de demonstrar sua relevância para o propósito deste trabalho, que é justamente apresentar o modelo como uma alternativa possível e viável para a obtenção de melhores resultados para a política de promoção do turismo realizado em duas unidades de conservação abertas à visitação no Estado de Minas Gerais.

A fim de constatar a forma de atuação de cada um dos órgãos em questão, foram realizadas *entrevistas semi-estruturadas* com os principais funcionários responsáveis, primeiro pela política de promoção do turismo e, em seguida, pelo responsável pela manutenção e conservação das unidades de conservação, além dos gerentes de cada uma das áreas de conservação aqui abordadas. Ressalta-se que a escolha das unidades de conservação pesquisadas não ocorreu de forma aleatória, mas foi o resultado de uma entrevista realizada, primeiramente, com a Superintendente

de Fomento e Desenvolvimento do Turismo e com o Gerente de Áreas Protegidas do IEF, que apontaram o Parque Estadual do Ibitipoca e o Parque Estadual do Itacolomi como sendo bons exemplos para a visualização dos resultados obtidos pela parceria estabelecida entre a SETUR e a SEMAD, através do IEF, em função de ser o Ibitipoca o parque estadual mais visitado no Estado de Minas Gerais, estando entre as seis unidades de conservação estaduais mais visitadas no Brasil e pelo fato do Itacolomi estar próximo a Belo Horizonte e dispor de uma infra-estrutura de certa forma adequada à recepção de turistas cuja taxa de visitação, segundo o gerente do parque, encontra-se em ascensão. Nessas entrevistas, através de um roteiro de perguntas previamente estabelecido, disponível no apêndice desse trabalho, o objetivo foi verificar de que forma o Estado está atuando nas áreas turística e ambiental, através da implementação de políticas públicas voltadas para esses setores e até que ponto essas políticas se aproximam e permitem a interação entre as secretarias.

Destaca-se que foram utilizados três tipos de roteiros para as entrevistas, sendo um aplicado à Superintendente de Fomento e Desenvolvimento do Turismo da SETUR, outro ao Gerente de Áreas Protegidas do IEF/SEMAD e, por fim, outro aplicado aos gerentes das unidades de conservação aqui abordadas. O objetivo da utilização de três tipos de roteiros foi verificar de que forma os responsáveis pelo planejamento⁴ das políticas públicas percebem e tratam essa questão e como os responsáveis pela execução⁵ dessas políticas compreendem e atuam diante dessa situação. Ressalta-se que as entrevistas realizadas com a Superintendente de Fomento e Desenvolvimento do Turismo bem como a realizada com o Gerente de Áreas Protegidas foi presencial, enquanto que as entrevistas com os gerentes dos parques estaduais analisados se deu por meio de contato telefônico.

Após a realização dessas entrevistas seguiremos com a análise das informações no intuito de explicitar o nível de interação existente entre SETUR e SEMAD para constataremos se os resultados obtidos atualmente pelos respectivos órgãos podem ser considerados como sendo uma consequência desse relacionamento e se essa parceria

⁴ Entenda-se aqui como responsáveis pelo planejamento os funcionários da SETUR e SEMAD responsáveis por desenhar e implementar políticas públicas para ambos os setores.

⁵ Entenda-se aqui como responsáveis pela execução os gerentes dos parques estaduais em questão, que executam a política desenhada pelos planejadores da SETUR e SEMAD.

entre os órgãos pode ainda ser mais bem explorada para que mais resultados positivos e efetivos sejam alcançados.

2.3 – Análise dos dados da pesquisa

Com o objetivo de compreender melhor a forma pela qual a SETUR aborda a questão turística no Estado de Minas Gerais pedimos à Superintendente de Fomento e Desenvolvimento do Turismo que contextualizasse a atuação dessa secretaria diante do problema de pesquisa em questão.

Nessa ocasião, o relato da superintendente nos permitiu perceber uma preocupação da SETUR em diversificar a oferta turística do Estado visando aproveitar o potencial de Minas Gerais. Diante desse propósito estão incluídas ações que abordam desde a promoção de cidades históricas até atividades relacionadas ao ecoturismo e turismo de aventura, abrangendo, dessa forma, os mais variados segmentos da população.

No que diz respeito ao ecoturismo e ao turismo de aventura, cuja atividade é objeto de interesse tanto da SETUR quanto da SEMAD, foi possível detectar, durante a realização da entrevista, o interesse da Secretaria de Turismo em desenvolver um trabalho em conjunto com a SEMAD. Na ocasião foi evidenciada a existência de uma parceria existente entre esses dois órgãos para a promoção dessa modalidade turística em que o relacionamento entre o turismo e o meio ambiente é, necessariamente, muito próximo. Conforme exposto pela entrevistada, a própria natureza desses dois segmentos demanda essa proximidade.

No mesmo sentido em que relatou a proximidade existente entre turismo e meio ambiente a superintendente afirmou que o setor turístico possui, na verdade, um relacionamento estreito com os mais diversos segmentos: meio ambiente, saúde, educação, segurança pública e infra-estrutura bem como os demais setores existentes. Conforme exposto durante a entrevista o turismo não só está relacionado aos demais segmentos bem como depende deles na maioria das vezes. Segundo a

superintendente, para que a atividade turística aconteça, é necessário dotar o destino turístico de condições mínimas que conferem ao turista satisfazer seus desejos. Caso contrário o local que se deseja promover não será capaz de atrair visitantes e poderá se configurar, de alguma forma, em uma área que os expulse, contrariando o propósito possivelmente desejado.

Diante dessa situação e conforme a visão dessa entrevistada o Poder Público deverá atuar justamente no sentido de dotar as localidades de condições mínimas que permitam aos visitantes satisfazerem seus anseios, uma vez que grande parte dos bens gerados nessa relação são denominados *bens-públicos*⁶, situação na qual não há, na maioria das vezes, investimento privado por tratar-se de atividade economicamente inviável. Assim, cabe ao setor público a realização de tais investimentos. Ainda, conforme foi dito durante a entrevista, a política estadual de turismo implementada atualmente em Minas Gerais, além de primar pela diversificação da oferta turística, busca permitir que os destinos turísticos possuam condições de recepcionarem seus turistas. Para que isso seja possível a SETUR está buscando desempenhar ações com outros órgãos do Estado no intuito de melhor estruturar os destinos turísticos que possuem um potencial a ser explorado.

Visando conhecer melhor o posicionamento adotado pela SEMAD quanto à política de meio ambiente direcionada à visitação nos parques estaduais o Gerente de Áreas Protegidas afirmou que o IEF se preocupou em estruturar algumas unidades de conservação para que representassem não só uma área de preservação ambiental, mas também que se configurasse como uma opção de lazer e turismo para os cidadãos mineiros ou até mesmo visitantes de outros estados ou países.

Nesse sentido foi possível perceber, durante a entrevista, que há uma preocupação do IEF em preservar suas unidades de conservação, mas que também existe a necessidade de explorá-las sob o ponto de vista turístico. Essa visão não só foi possível de ser percebida como também pôde ser confirmada quando o gerente entrevistado afirmou que a promoção da atividade turística em unidades de conservação não só é uma preocupação como também faz parte da política de

⁶ Conforme N. Mankiw (2001), Bens Públicos “não são excluíveis e nem rivais. Ou seja, não se pode impedir as pessoas de desfrutarem dos bens públicos, e um bem público pode ser desfrutado por várias pessoas sem prejuízo de nenhuma delas”. (MANKIW, 2001, p. 228).

preservação ambiental instituída pelo IEF. Segundo o entrevistado, quanto maior for a visitação, desde que ela ocorra conforme regras estipuladas no regulamento de cada unidade de conservação, maior será a disseminação das diretrizes relativas à educação ambiental e, conseqüentemente, maior será a preservação ambiental. Com isso foi possível deduzir que o IEF atua de forma a incentivar o desempenho da atividade turística em suas unidades de conservação.

Nesse contexto pode-se dizer que tanto a superintendente quanto o gerente entrevistados demonstraram coerência e otimismo em seus discursos, de modo que não foi possível identificar a inexistência da parceria existente entre esses órgãos. Ao contrário, e conforme relatado por cada um deles, a parceria entre SETUR e SEMAD foi citada a todo o momento como sendo uma inovação no âmbito de políticas públicas no Estado de Minas Gerais além de ser um trabalho que gera bons resultados para cada uma das secretarias de estado.

Não foi possível perceber também que SETUR ou SEMAD desempenham ações conjuntas para a promoção da atividade turística em parques estaduais abertos à visitação sem que haja êxito nessa ação. Em contrapartida, foi possível detectar que, quando possível, a SETUR convida a SEMAD a participar de seus eventos para realizar a divulgação das unidades de conservação existentes em Minas Gerais e abertas à visitação e, da mesma forma, a SEMAD convida a SETUR para, através dos eventos ambientais promovidos pelo IEF, divulgar a política estadual de turismo, objetivando, com isso, criar uma aproximação cada vez maior entre esses órgãos.

No entanto foi possível constatar nessas duas entrevistas que não há um programa governamental estabelecido e formalmente institucionalizado. Conforme relatado pelo Gerente de Áreas Protegidas isso não foi necessário porque SETUR e SEMAD são estruturas que compõem a mesma esfera de governo e, por isso, não seria necessário a realização de convênios ou termos de parceria. Essa mesma visão é defendida pela superintendente da SETUR que deixou clara a inexistência dessa necessidade ao afirmar que essas duas secretarias pertencem a um mesmo governo, com propósitos e objetivos comuns previamente definidos. Ressalta-se, porém, que o fato das secretarias pertencerem a uma mesma esfera de governo, que possui, em tese, objetivos comuns previamente estabelecidos, não garante a realização de ações

conjuntas entre os órgãos. Acredita-se que essa postura esteja muito mais relacionada ao propósito de cada um dos atores envolvidos nessa questão do que o fato de pertencerem a um mesmo governo. Em tese, não há uma maneira de garantir que os dirigentes atuem de forma a perseguirem os melhores resultados que possam gerar um melhor bem-estar social, até porque esse conceito está relacionado muito mais à satisfação de interesses pessoais do que coletivos, o que significa que haverá sempre uma parcela da população que não estará satisfeita com o desempenho dos governos e de seus governantes.

Pode-se aqui dizer que, no caso específico da parceria existente entre SETUR e SEMAD, existe muito mais uma vontade pessoal dos dirigentes envolvidos diretamente na questão do que um programa de governo, no formato de uma política pública legalmente instituída, que disponha de instrumentos que obriguem a realização de ações conjuntas entre os órgãos supramencionados.

De qualquer forma a existência do trabalho conjunto desempenhado pelas duas secretarias a aproximadamente dois anos tem apresentado resultados satisfatórios, tais como o acréscimo do número de visitantes no Parque Estadual do Itacolomi e a oportunidade para que a SETUR realize a divulgação de suas ações nos eventos promovidos pelo IEF e vice-versa, de forma que essa interação permita maior e melhor alcance da exposição do trabalho de cada um desses órgãos, que não podem, de forma alguma, serem desconsiderados, ainda que essas ações não sejam formalmente institucionalizadas. Somente nesse caso específico a institucionalização dessas ações seria apenas uma maneira de formalizá-la, uma vez que os dirigentes a frente da SFDT e da GAP estão atuando de forma a manter e intensificar cada vez mais a parceria entre SETUR e SEMAD.

Com o objetivo de apresentar resultados tangíveis acerca da parceria entre essas secretarias foi apresentado, durante a realização das entrevistas, tanto pela superintendente da SETUR quanto pelo gerente do IEF, materiais publicitários que demonstram as ações desenvolvidas em conjunto por esses órgãos, que englobam desde a atividade de promoção e divulgação das unidades de conservação até a elaboração e consolidação de materiais de caráter não apenas informativo dos parques estaduais, mas também de cunho científico, contendo dados específicos dos parques,

configurando-se como referenciais para trabalhos de pesquisa que possam vir a ser elaborados. Compõem essa lista os guias turísticos de cada parque estadual, com destaque para a confecção do *Guia Minas Gerais Natureza* contendo informações específicas das unidades de conservação. Na ocasião foi apresentado também o site *Parques de Minas*⁷ que, para os dirigentes, também é o fruto da atuação conjunta entre as duas secretarias de Estado. Nesse site estão disponíveis informações gerais sobre alguns parques estaduais abertos à visitação.

Essa postura sugere que ambos dirigentes buscaram, com isso, demonstrar o trabalho que vem sendo desempenhado por seus setores, a fim de comprovar a importância e a necessidade da continuidade dessa ação.

O trabalho realizado em conjunto referido acima engloba as ações em que SETUR e SEMAD estão, de alguma forma, envolvidos na promoção de atividade turística em unidades de conservação, seja divulgando-as, visitando-as ou até mesmo discutindo questões de infra-estrutura que devem ser consideradas para que se obtenha um melhor aproveitamento do potencial turístico de cada uma delas sem, no entanto, desconsiderar o caráter da conservação e educação ambiental. Os resultados desse trabalho são, justamente, o acréscimo do número de visitantes, a melhoria da infra-estrutura do parque e do acesso, através de melhorias na sinalização externa e interna do parque além da ampliação da divulgação dos princípios de educação ambiental, através do aumento do número de visitantes o que, conforme o Gerente de Áreas Protegidas, tem contribuído para a preservação e conservação desses parques.

A fim de melhor verificar o relacionamento entre as duas secretarias de estado, os dirigentes foram questionados quanto à forma pela qual mantêm contato. Nessa questão foi explicitada a existência de uma equipe dentro de cada um dos órgãos cujo relacionamento é constante. O objetivo foi constatar a facilidade ou dificuldade que os órgãos tinham para se comunicarem.

Após os esclarecimentos de cada um dos entrevistados ficou claro que a SFDT possui contato direto com a GAP, o que apenas sugere, inclusive, que não exista dificuldade de comunicação entre esses atores e, conseqüentemente, entre as secretarias. De qualquer forma, ainda que se possa, com um certo grau de confiança,

⁷ O endereço do site *Parques de Minas* é o www.parquesdeminas.mg.gov.br.

afirmar que não exista dificuldade de comunicação, sabemos que cada um desses dirigentes possui atividades específicas, o que pode comprometer o atendimento às demandas do órgão que necessita de auxílio. Ainda assim, conforme expuseram, o contato é freqüente e as demandas são atendidas tão logo seja possível, de forma a não influenciar negativamente o trabalho do demandante. Isso ocorre porque a comunicação não é centralizada somente nos dirigentes, mas sim estendida a toda a equipe.

Questionados sobre a política de descentralização do turismo, representada pela criação de circuitos turísticos em todo o Estado com o objetivo de intensificar a exploração dessa atividade e o seu relacionamento com o setor ambiental, tanto a superintendente quanto o gerente afirmaram ser essa uma boa opção para que SETUR e SEMAD possam trabalhar em conjunto. Conforme foi exposto, a existência dos circuitos turísticos contendo em seus roteiros várias unidades de conservação é uma forma de promover o turismo sustentável e o ecoturismo e, ainda, promover a utilização consciente desses locais atendendo, assim, aos anseios desses dois setores.

Nesse mesmo sentido os gerentes dos parques também sugeriram que a descentralização da política estadual de turismo através dos circuitos é uma forma de contribuir para a divulgação dos parques e, além disso, é uma maneira de dissipar conhecimentos ambientais à população no sentido da preservação do meio ambiente.

No intuito de verificar o grau de participação nas ações desenvolvidas pela SETUR e SEMAD para a promoção da atividade turística em parques estaduais abertos à visitação buscou-se entender de que maneira uma secretaria participa das ações desempenhadas pela outra. Nesse momento os entrevistados foram questionados sobre a maneira pela qual a SETUR participa da elaboração do *Plano de Manejo*⁸ da unidade de conservação. Esse questionamento teve por objetivo constatar como a atividade turística é contemplada pelo setor de meio ambiente quando se discute o uso público do parque.

Nesse sentido foi possível constatar que a elaboração do Plano de Manejo das unidades de conservação é desempenhada por empresas qualificadas e licitadas pelo

⁸ Conforme Lei Federal n. 9985, de 18 de Julho de 2000, Plano de Manejo é definido como sendo o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.”

IEF. O que ocorre na prática é que o IEF, com o apoio de seu quando técnico, participa da elaboração desse plano. No entanto, conforme foi possível diagnosticar na entrevista, a SETUR não participa na elaboração desse documento.

Diante dessa situação cabe questionar o seguinte ponto: se a elaboração do plano de manejo das unidades de conservação aborda o seu uso público, e se existe o interesse de se preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, incentivar o desenvolvimento da atividade turística – que só é permitida em áreas de uso público – por que a SETUR não participa das discussões e definições desse plano? Deveria existir uma equipe ou uma comissão de técnicos, sobretudo de turismólogos, na secretaria de turismo, que acompanhassem e participassem dessas discussões?

Esses e outros questionamentos sugerem que não existe uma definição muito clara dos papéis de cada uma das secretarias em questão para a realização de ações conjuntas de promoção de atividades turísticas nos parques estaduais selecionados para análise, ainda que SETUR e SEMAD possuam suas competências bem definidas na legislação que as instituiu. Pode-se inferir que esse resultado é consequência da inexistência de hábitos intersetoriais entre turismo e meio ambiente, cuja atribuição de responsabilidades transcende, em princípio, a legislação que estabeleceu cada uma dessas secretarias. Nesse sentido é provável que o desenvolvimento e o amadurecimento de ações intersetoriais entre esses segmentos seria o responsável por estabelecer uma cultura na qual estaria prevista a atuação conjunta entre setores que possuíssem interfaces quanto à área de atuação, como é o caso do turismo e do meio ambiente.

Acredita-se que se houvesse uma participação mais efetiva dos membros de cada secretaria na definição dos critérios contemplados pelo Plano de Manejo, a exploração da atividade turística e a preservação do meio ambiente poderiam ser mais bem tratados. No entanto, para que isso seja possível não basta que os dirigentes desejem desempenhar atividades em conjunto, mas seria necessário institucionalizar essas ações que, inevitavelmente, levariam ao estabelecimento de equipes especializadas em cada secretaria para tratar dessas questões. Antes, porém, seria necessário estabelecer o hábito da realização de ações intersetoriais e da atuação

integrada, uma vez que a institucionalização pressupõe o amadurecimento de práticas e de comportamentos.

Essa situação foi evidenciada pela superintendente entrevistada ao dizer que estão em discussão alguns critérios estipulados no Plano de Manejo do Parque do Ibitipoca. Segundo ela, alguns pontos tais como a decisão de limitar a capacidade desse parque em oitocentas pessoas por dia no final de semana pode gerar atualmente um sub-aproveitamento dessa unidade. Por isso, segundo ela, esse critério está sendo discutido. Ressalta-se, no entanto, que se a elaboração do plano de manejo das unidades de conservação no Estado contar com a presença de outros órgãos governamentais essas questões podem ser abordadas de forma a produzir resultados mais satisfatórios. No exemplo citado acima, a participação da SETUR no auxílio à definição de critérios relacionados ao uso público dos parques pode permitir que estudos técnicos referentes à oferta e demanda turística sejam realizados. Assim, os critérios atualmente considerados na elaboração do Plano de Manejo seriam reforçados por estudos específicos realizados pela SETUR. É óbvio que convidar todos os órgãos governamentais interessados em participar da elaboração de planos de manejo seria algo inviável. Corre-se o risco de se obter uma paralisia decisória, situação na qual as discussões não geram resultados que propiciem a ação. No entanto, o que se busca dizer é que se SETUR e SEMAD afirmam que existe uma parceria para a promoção da atividade turística nos parques estaduais, então cada um desses órgãos deveria participar, inclusive, do planejamento dessas ações, o que inclui a participação na elaboração dos planos de manejo, uma vez que são considerados a 'certidão de nascimento' das unidades de conservação.

O que se pode deduzir dessa situação é que a inexistência de uma política pública formalmente instituída pode fazer com que situações dessa natureza ocorram. Ainda que não existam garantias, talvez se houvesse uma política com o propósito de abarcar a participação dessas duas secretarias o resultado a ser atingido poderia ser mais eficaz do ponto de vista dos objetivos definidos por cada uma das secretarias aqui mencionadas.

Visando verificar o relacionamento existente entre o nível de planejamento, representado pela superintendente e pelo gerente entrevistados, e a operacionalização

das ações, foram realizadas entrevistas também semi-estruturadas com os gerentes dos dois parques estaduais tratados nesse trabalho.

Durante a realização dessas entrevistas foi possível detectar que há um certo distanciamento entre o planejamento e o nível operacional. Conforme exposto pelo gerente do Parque Estadual do Ibitipoca, ao ser questionado sobre o seu relacionamento com a SETUR, ficou claro que toda a discussão referente à exploração da atividade turística no parque é realizada no âmbito dessas secretarias. Nessa ocasião o gerente demonstrou desconhecer a parceria existente entre SETUR e SEMAD, o que reafirma não só o hábito da inexistência de integração e do desenvolvimento de práticas intersetoriais, como também evidencia o distanciamento existente entre concepção e execução de atividades governamentais.

Entretanto, no caso do Parque do Itacolomi foi possível perceber que o gerente dessa unidade conhece o trabalho realizado pela SEMAD em conjunto com a SETUR. Afirmou, inclusive, que algumas ações realizadas no Itacolomi contam com o apoio da SFDT. Além disso, foi possível diagnosticar, nesse caso, uma parceria existente também com a Secretaria Municipal de Turismo das cidades de Ouro Preto e Mariana, o que pode sugerir a existência de um trabalho intenso realizado em conjunto com o parque.

Diante dessa situação é possível realizar algumas deduções. Uma delas é que a distância do parque à Belo Horizonte, local em que estão instaladas as secretarias em questão, pode ser considerado como um fator determinante para o sucesso da parceria entre esses órgãos, tendo em vista que o gerente do Ibitipoca, parque localizado a aproximadamente 350 quilômetros de Belo Horizonte, deixou claro que o trabalho de incentivo à atividade turística é realizado na capital do Estado, enquanto que o gerente do Itacolomi, parque situado a cerca de 100 quilômetros de Belo Horizonte, demonstrou que o trabalho realizado em conjunto com a SETUR é efetivo e conta com o apoio imprescindível da SFDT.

Outro ponto a ser destacado é o número de visitantes apresentados pelas duas unidades de conservação: o Ibitipoca é o parque estadual mais visitado em Minas Gerais, enquanto o Itacolomi, apesar de apresentar uma escala ascendente de visitação, ainda possui um relativo sub-aproveitamento no que diz respeito ao número

de turistas. Diante disso, pode-se inferir que como o Ibitipoca possui uma taxa de visitação elevada não seria necessário intensificar o trabalho desempenhado pela SEMAD em conjunto com a SETUR. A intensificação desse trabalho, talvez, ocorra naqueles locais em que ainda não há um número expressivo de visitantes ou cujo número ainda está aquém do que o parque possa comportar. Não há como assegurar se isso de fato ocorre, uma vez que os dirigentes entrevistados afirmaram que há um trabalho de promoção dos parques sem que haja distinção de uma ou outra unidade. No entanto, apesar dessa afirmativa, foi possível perceber, como já era possível prever, que os parques que demandam maior atenção das secretarias contam com um suporte mais intenso desses órgãos. Porém, não foi possível determinar de que forma a intensificação desse suporte ocorre. O que se pode dizer é que nesses casos a SETUR e a SEMAD buscam novas opções que lhes permitam obter melhores taxas de visitação nessas unidades, tais como a criação de novos atrativos, melhoria da infra-estrutura existente, etc.

Outro fator a ser considerado e de fundamental importância ao se analisar a taxa de visitação nesses parques é o perfil dos atrativos turísticos situados nos parques. Enquanto o Ibitipoca conta com opções de lazer ligadas à prática de esportes radicais por conter cachoeiras e rochas para serem escaladas, o Itacolomi possui atrativos mais ligados ao caráter histórico-cultural, relacionados ao período aurífero da região em que está localizado. Diante disso, pode-se inferir, de alguma forma, que o perfil dos atrativos turísticos também se constitui como um fator determinante à visitação, e, conseqüentemente, na intensificação da atuação da SETUR e SEMAD. No entanto, para essa comprovação seria necessário realizar uma pesquisa qualitativa a fim de se obter informações que permitissem tal conclusão.

Quanto ao período que o parque estadual está aberto à visitação, pode-se constatar que possui interferência direta na taxa de visitação e que, por isso, deve ser considerado pelos dirigentes ao desempenharem ações conjuntas. Enquanto o Itacolomi foi reaberto no ano de 2004, o Ibitipoca recebe turistas desde a data de sua criação. Esse fator, conforme foi possível detectar na entrevista com o Gerente de Áreas Protegidas, tem sido considerado não só para explicar a taxa de visitação, mas também como forma de identificar as necessidades de cada parque quanto à realização

da atividade turística. Pode-se dizer que, de alguma forma, SETUR e SEMAD estão atentos a esses fatores, que se configuram como indicadores para a definição de suas intervenções. Essa preocupação demonstra que há um interesse em direcionar a atuação para os casos em que a presença das secretarias se faz mais necessária, de forma que o planejamento das ações possa surtir melhores efeitos à promoção do turismo nos parques.

Por fim, para verificar a importância dos parques estaduais do Ibitipoca e do Itacolomi para o desenvolvimento da atividade turística nas comunidades vizinhas foi possível perceber que essas unidades de conservação são consideradas como sendo pólos de atração local, uma vez que o turista se desloca, na grande maioria das vezes, para o parque, mas, no entanto, acaba visitando as comunidades próximas, permitindo, assim, que haja um desenvolvimento da economia local em função do consumo de bens e serviços regionais por essas pessoas.

Essa percepção foi compartilhada por todos os atores entrevistados nesse trabalho. Isso nos permite ressaltar a importância conferida às unidades de conservação no Estado de Minas Gerais, sobretudo os parques estaduais do Ibitipoca e do Itacolomi, como agentes indutores da atividade turística. O potencial turístico aí existente é algo que tem permitido o desenvolvimento de várias economias regionais. Isso ocorre quando, por exemplo, o turista busca nas cidades vizinhas uma forma de se hospedar ou mesmo de se alimentar. Ainda que os parques analisados nesse trabalho possuam infra-estrutura que permitam a acomodação e alimentação do visitante, nem sempre o turista restringe-se às condições oferecidas por essas unidades de conservação, buscando nas comunidades próximas uma forma de conhecer outras pessoas e outras culturas.

Diante desse contexto e das informações obtidas, é imprescindível que SETUR e SEMAD intensifiquem suas ações de forma a promover o turismo sustentável em unidades de conservação espalhadas no Estado, de forma a disseminar conhecimentos referentes à preservação ambiental além de constituir-se como sendo uma maneira de promover o desenvolvimento econômico das comunidades próximas a essas unidades de conservação.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se no problema de pesquisa definido no início desse trabalho que diz respeito à intersectorialidade existente entre turismo e meio ambiente e diante da promoção da atividade turística nos Parques Estaduais do Ibitipoca e do Itacolomi, constata-se que o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado de Turismo em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é algo que está trazendo resultados satisfatórios para cada um desses setores.

O envolvimento dos dirigentes que estão à frente dessas secretarias e que são os responsáveis, de alguma forma, em promover atividades voltadas ao ecoturismo e ao turismo sustentável, demonstrado durante as entrevistas, é o fator determinante para o estabelecimento da parceria entre SETUR e SEMAD. Destaca-se que, ainda que o trabalho desenvolvido por esses dirigentes seja o alvo de algumas considerações, não se pode dizer que não exista uma interação entre as duas secretarias para a promoção do turismo em unidades de conservação no Estado. No entanto, pode-se constatar que as ações intersectoriais desenvolvidas entre essas duas secretarias estão em processo de melhoria, o que nos permite dizer que essas ações não são ainda tão efetivas quanto poderiam ser. Isso porque para que se obtenha um conjunto de atividades que visem a promoção do turismo em unidades de conservação é necessário a implementação de ações que contemplem vários critérios, tais como qualificação de mão-de-obra e reformas e adaptações da infra-estrutura, o que acaba por demandar um grande período de tempo.

Assim, diante do relato dos dirigentes de que a parceria entre SETUR e SEMAD ocorre a aproximadamente dois anos, pode-se dizer que essa atuação tem proporcionado benefícios tanto à atividade de preservação ambiental, através da disseminação de conhecimentos voltados à educação ambiental entre os turistas e visitantes, bem como para a atividade turística, que passa a ser vista pela sociedade como uma forma de intensificar as relações comerciais nas cidades próximas às

unidades de conservação, no sentido de promover um desenvolvimento econômico local que não existiria sem a presença do turismo.

Sob esse ponto de vista, incentivar ações de parceria que promovam por um lado a preservação ambiental e por outro o desenvolvimento econômico regional ligado às práticas de desenvolvimento sustentável, como é o caso da interação existente entre SETUR e SEMAD, não só deveria se constituir como uma alternativa de desenvolvimento proporcionada pelo Poder Público bem como deveria compor a sua carteira de políticas públicas de grande prioridade.

Diante dessa situação é necessário registrar aqui algumas considerações que só foram possíveis após o entendimento da política de atuação de cada uma dessas secretarias e da necessidade de promover a atividade turística ambiental sustentável.

Sendo assim, pode-se dizer, sem, obviamente, desabonar a atuação da Superintendente de Fomento e Desenvolvimento do Turismo e do Gerente de Áreas Protegidas, que não existe uma política pública legalmente instituída e institucionalizada que contemple a promoção da atividade turística em parques estaduais de Minas Gerais cuja responsabilidade seja claramente distribuída entre SETUR e SEMAD. Essa afirmação é sustentada quando consideramos a definição e as fases de uma política pública. Ressalta-se, no entanto, que embora possa haver o estabelecimento legal de uma política pública que aborde essa questão, isso não garante, por si só, que ela será cumprida, sendo necessário, primeiro, estabelecer e amadurecer comportamentos de atuação intersetorial.

Nesse sentido, com relação à definição de política pública e conforme exposto por Maria das Graças Rua, temos que “As políticas públicas, por sua vez, são outputs, resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.” (RUA, p.2)

Além disso, para que seja possível classificar um determinado conjunto de ações como sendo uma política pública é necessário que, em seu processo de formulação, também chamado de Ciclo de Políticas Públicas, é necessário a existência de, pelo menos, cinco fases:

1ª fase: Formação da Agenda: constitui-se na seleção das prioridades;

2ª fase: Formulação de Políticas: apresentação de soluções ou alternativas;

3ª fase: Processo de Tomada de Decisão: escolha das ações;

4ª fase: Implementação: é a execução das ações;

5ª fase: Avaliação.

Diante da definição de política pública abordada por Maria das Graças Rua e com base na existência das cinco fases supramencionadas, pode-se, então, inferir que SETUR e SEMAD executam ações de parceria sem que haja uma política pública estabelecida, cuja responsabilidade de execução seja compartilhada entre elas. Não se quer dizer aqui, diante dessa constatação, que seja necessário primeiramente existir uma política pública formalmente instituída para que os atores envolvidos dêem início à sua execução. Na verdade, uma política pública que leve em consideração a SETUR e a SEMAD com o propósito descrito acima pode surgir justamente de um trabalho de parceria que seja desenvolvido entre elas, como acontece atualmente, como uma forma de institucionalizar e intensificar ações de parceria entre as duas secretarias, o que poderia, inclusive, despertar em toda a estrutura governamental a necessidade da atuação conjunta de vários segmentos, tendo em vista a interface que vários setores dessa estrutura mantêm com os demais. Essa seria uma forma de prestar serviços públicos de melhor qualidade com vistas ao novo processo de gestão pública que tem sido implementado em vários países ao redor do mundo e baseado nos princípios de eficácia e eficiência.

Outra consideração a ser feita é que existe um risco muito grande de descontinuidade na promoção do turismo em unidades de conservação em Minas Gerais, especificamente em parques estaduais. Durante a realização das entrevistas com os dirigentes foi possível constatar que existe muito mais um interesse dessas pessoas em promover ações de parceria do que um programa previamente estabelecido que contemple essa atuação. Isso significa que quando os atuais ocupantes dos cargos de Superintendente de Fomento e Desenvolvimento do Turismo

e de Gerente de Áreas Protegidas os deixarem, não haverá nenhum instrumento que garanta a continuidade dessa ação, o que pode, de alguma forma, comprometer todo o trabalho já desenvolvido até então. Para que isso não ocorra seria necessário instituir uma política pública, com competências e funções bem definidas entre cada secretaria a fim de impedir que o trabalho já desenvolvido se perca ao longo do caminho, além de ser uma maneira de estimular esse tipo de ação governamental.

Ainda quanto a esse risco de descontinuidade há uma grande chance de que isso venha a ocorrer tendo em vista a tradicional e natural segmentação de políticas e a atuação dos órgãos públicos. Conforme dito por Gaetani (2008):

Não há incentivo para que servidores busquem ir além de suas jurisdições. Um dos constrangimentos da burocracia, mesmo levando-se em conta uma visão dela mais benigna, positiva e meritocrática, é a de que não se dá um passo além de jurisdições e mandatos previamente especificados. (GAETANI, 2008, p. 41).

Outra questão a ser destacada é a própria atuação dos gerentes das unidades de conservação, uma vez que pode existir um descompasso entre as ações planejadas e as ações a serem executadas. Essa situação pode ocorrer caso qualquer um dos ocupantes desses cargos não considerem importante a atuação conjunta entre SETUR e SEMAD para a promoção da atividade turística em parques estaduais ou, ainda, caso o gerente de uma unidade de conservação não se disponha a atuar sob a ótica intersetorial por acreditar que estaria extrapolando suas responsabilidades e, por isso, não seria necessário desempenhar tais atividades.

Nesse sentido, diante dos desafios de coordenação de ação e da tradicional segmentação que ocorre no setor público, é pouco comum encontrar casos de atuação integrada como o que ocorre com a SETUR e a SEMAD.

Diante da visão acima exposta por Gaetani (2008) é possível dizer que caso não haja uma melhor definição da atuação da SETUR e da SEMAD para o propósito em questão, dada a segmentação que ocorre entre os setores governamentais e, ainda, mediante a interface existente entre eles, então não há como garantir que os bons resultados até hoje gerados pela parceria entre esses dois órgãos perdurem ao longo do tempo podendo, inclusive, comprometer todo o empenho dos atuais dirigentes na

promoção da atividade turística em parques estaduais abertos à visitação, como é o caso do Parque Estadual do Ibitipoca e do Parque Estadual do Itacolomi.

Assim, pode-se destacar que a existência de integração entre SETUR e SEMAD restringe-se, ainda, muito mais à preparação dos parques estaduais para receberem os turistas, incluindo atividades de qualificação de mão-de-obra, reformas na estrutura dos parques e etc, do que a realização da atividade turística propriamente dita. É muito provável que isso ocorra em função da parceria entre esses órgãos ser um projeto de trabalho muito recente conforme foi afirmado pelos dirigentes entrevistados.

Nesse sentido, a adaptação e melhoria realizada na estrutura do Parque Estadual do Itacolomi, como foi o caso da reforma e reinauguração de um de seus atrativos, o *Centro de Visitantes*, contou com a participação das duas secretarias conforme relatado em entrevista.

No caso do Parque Estadual do Ibitipoca a percepção da atuação conjunta entre SETUR e SEMAD é um pouco mais difícil, tendo em vista que esse parque estadual é o mais visitado no Estado o que, em tese, não demandaria ações de promoção da atividade turística. No entanto, como relatado pelo Gerente de Áreas Protegidas, o trabalho de divulgação das unidades de conservação no Estado ocorre de forma a contemplar todas elas, sem distinção. Nesse sentido, é possível acreditar que, no caso dessa unidade de conservação específica, a atuação conjunta entre as duas secretarias está voltado principalmente às ações de divulgação, sendo representadas pela elaboração de materiais publicitários, tais como os guias turísticos produzidos pela própria SETUR e pelo IEF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNES, Diane. **Turismo sustentável: A importância do planejamento para a prática da atividade turística em áreas de proteção ambiental.** Disponível em <<http://www.revistaturismo.com/artigos/planejamento.html>>. Acesso em 07 set. 2009.

ALVES, Alaôr Caffé. Formulação e implementação de políticas públicas intergovernamentais. **Cadernos Fundap**, São Paulo, Ano 2002, n. 22, p. 102-110, jan/jun 2002.

BOULLON, Roberto. **Ecoturismo. Sistemas naturales y urbanos.** 3^a ed. Buenos Aires: Ediciones Turísticas, 2003. 209 p.

BRASIL. **Lei n 9985**, de 18 de jul de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em 17 set. 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos conceituais.** Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/download_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em 07 set. de 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas.** Disponível em <http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/TurismoAventura.pdf>. Acesso em 07 set. 2009.

CASASOLA, Luis. **Turismo e ambiente.** Tradução Waldelina Rezende. 1ª ed. São Paulo: Roca, 2003. 104 p.

GAETANI, Francisco. As políticas de gestão pública e os desafios da coordenação. *In*: OLIVEIRA, Fátima Bayma de (Org.) **Política de gestão pública integrada.** Rio de Janeiro, FGV, 2008. 1ª ed, p. 38 – 46.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico. Políticas, processos e relacionamentos.** São Paulo: Contexto, 2001. 296 p.

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 35-48, mar/abr 1998.

_____. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, Ano 2002, n. 22, p. 102-110, jan/jun 2002.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 95-104, nov/dez 2000.

JÚNIOR, Airton Nogueira Pereira. Turismo e desenvolvimento regional. *In*: OLIVEIRA, Fátima Bayma de (Org.) **Política de gestão pública integrada**. Rio de Janeiro, FGV, 2008. 1ª ed, p. 224 – 35.

JUNIOR, Nivaldo Carneiro *et al.* A construção da equidade no acesso às políticas públicas: uma experiência de articulação intersetorial e interinstitucional na área central do município de São Paulo. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 95-104, nov/dez 2000.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 11-22, mar/abr 1998.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. A intersetorialidade do ponto de vista da educação ambiental: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 79-92, mar/abr 1998.

MAGALHÃES, Edgar Pontes de. Inclusão Social e intersetorialidade: o longo caminho dos princípios às estratégias de ação. *In*: CARNEIRO, C.B.L e COSTA, B.L.D (Org.) **Gestão Social: o que há de novo?** Belo Horizonte: João Pinheiro, 2004, v.1, p. 35 – 44.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. Tradução da 2ª ed. original Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. 831 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. 315 p.

MENICUCCI, Telma M.G. **Intersetorialidade: o desafio atual para as políticas sociais**. Pensar BH: Política Social, Belo Horizonte, n.3, I, p. 10-14, maio/jul. 2002.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Florestas. **Parque Estadual do Ibitipoca: Guia de turismo ecológico**. São Paulo: Empresa das Artes, 2008.

_____. Instituto Estadual de Florestas. **Parque Estadual do Itacolomi: Guia de turismo ecológico**. São Paulo: Empresa das Artes, 2007.

_____. Instituto Estadual de Florestas. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Ibitipoca**. Minas Gerais, 2007.

_____. Instituto Estadual de Florestas. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Itacolomi**. Minas Gerais, 2007.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos.** Disponível em http://www.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF > Acesso em 12 set. 2009.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. Transitoriedade dos serviços urbanos: preâmbulos de discussão. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 93-107, mar/abr 1998.

SUCUPIRA, Ana Cecília S.L. Repensando a atenção à saúde da criança e do adolescente na perspectiva intersetorial. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 61-78, mar/abr 1998.

TELES, Adonai; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Políticas e ações para a gestão regionalizada do turismo. *In*: OLIVEIRA, Fátima Bayma de (Org.) **Política de gestão pública integrada**. Rio de Janeiro, FGV, 2008. 1ª ed, p. 236 – 49.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis.** Tradução Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 232 p.

VICTER, Wagner. Gestão pública integrada. *In*: OLIVEIRA, Fátima Bayma de (Org.) **Política de gestão pública integrada**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008. 1ª ed, p. 254 – 57.

YÁZIGI, Eduardo (Org.) **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. 226 p.

_____. **A alma do lugar. Turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001. 301 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista realizada com a Superintendente de Fomento e Desenvolvimento do Turismo / SETUR

- 1- Fale um pouco sobre a política da SETUR com relação às unidades de conservação e o IEF e da relação que há entre SETUR e SEMAD em Minas Gerais.
- 2- De que forma a SETUR vem atuando quanto às políticas relacionadas às áreas de conservação, mais especificamente, os parques estaduais abertos à visitação? Há um incentivo à visitação nesses parques por parte da SETUR?
- 3- Com relação à promoção dos parques, existe uma ação formalizada entre SETUR e SEMAD para esse propósito? Como é a relação da SETUR com a SEMAD em termos de instrumentos de gestão?
- 4- Existe uma equipe dentro da SEMAD que você tem um contato mais próximo?
- 5- O plano de manejo é um documento produzido pelo IEF. Há participação da SETUR na sua elaboração?
- 6- Dentro dos circuitos turísticos existem parques abertos à visitação?
- 7- Como você avalia o interesse da SETUR em trabalhar com a SEMAD e da SEMAD em trabalhar com a SETUR?
- 8- Como a SETUR trabalha com o ecoturismo e o turismo sustentável nos parques? Existe algum programa de ecoturismo desenvolvido em conjunto com a SEMAD?
- 9- Como a SETUR trabalha a dicotomia que existe entre preservação e exploração da atividade turística?
- 10- Diante da visão de sustentabilidade, o parque é um polarizador para a região?
- 11- Como você avalia o potencial dos parques para a consolidação do turismo sustentável nas regiões?
- 12- A que fator você atribui a diferença entre as taxas de visitação nos parques?
- 13- Para os parques cuja taxa de visitação está próxima de sua capacidade máxima, ações de promoção ainda são desenvolvidas nesse caso?
- 14- Dentre os parques visitados com o IEF houve algum em que se estabeleceu alguma ação conjunta? Quais os resultados ou problemas encontrados na execução dessa ação?

15- Há alguma previsão orçamentária e financeira que prevê atuação conjunta entre SETUR e a SEMAD na promoção do turismo nos parques?

16- Quais parques você recomenda visitar que possam contribuir para o propósito desse trabalho?

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista realizada com o Gerente de Áreas Protegidas / IEF / SEMAD

- 1- Fale um pouco sobre a política do IEF com relação às unidades de conservação e o turismo e da relação que há entre SETUR e SEMAD em Minas Gerais.
- 2- De que forma o IEF vem atuando quanto às políticas relacionadas às áreas de conservação, mais especificamente, os parques estaduais abertos à visitação? Há um incentivo à visitação nesses parques por parte do IEF?
- 3- Os guias turísticos produzidos pelo IEF estão disponíveis para os visitantes?
- 4- A SETUR participou nas confecções dos guias turísticos?
- 5- Com relação à promoção dos parques, existe uma ação formalizada entre IEF e SETUR para esse propósito? Como é a relação do IEF com a SETUR em termos de instrumentos de gestão?
- 6- Existe algum instrumento que formalize a parceria existente entre o IEF e a SETUR?
- 7- Existe uma equipe dentro da SETUR que você possui um contato mais próximo?
- 8- O plano de manejo é um documento produzido apenas pelo IEF?
- 9- Dentro dos circuitos turísticos existem parques abertos à visitação?
- 10- Como você avalia o interesse do IEF trabalhar com a SETUR e vice-versa?
- 11- Como o IEF trabalha com o ecoturismo e o turismo sustentável nos parques? Existe algum programa de ecoturismo desenvolvido em conjunto com a SETUR?
- 12- Como o IEF trabalha a dicotomia que existe entre preservação e exploração da atividade turística?
- 13- Diante da visão de sustentabilidade, o parque é um polarizador para a região?
- 14- Como você avalia o potencial dos parques para a consolidação do turismo sustentável nas regiões em que estão situados?
- 15- A que fator você atribui a diferença entre as taxas de visitação nos parques?
- 16- Para os parques cuja taxa de visitação está próxima de sua capacidade máxima, ações de promoção ainda são desenvolvidas nesse caso?
- 17- Dentre os parques visitados com a SETUR houve algum em que se estabeleceu alguma ação conjunta? Quais os resultados ou problemas encontrados na execução dessa ação?

18- Há alguma previsão orçamentária e financeira que prevê atuação conjunta entre o IEF e a SETUR na promoção do turismo nos parques?

19- Quais parques você recomenda visitar que possam contribuir para o propósito desse trabalho?

APÊNDICE C – Roteiro da entrevista realizada com o Gerente do Parque Estadual do Ibitipoca e do Parque Estadual do Itacolomi / IEF / SEMAD

- 1- Qual o perfil do visitante do parque?
- 2- Que tipo de atividades são praticadas pelos visitantes no parque?
- 3- Quais os tipos de atrativos existentes nos parques?
- 4- Você possui algum relacionamento com a Secretaria de Turismo na gestão do parque?
- 5- Como você avalia a necessidade de relacionamento com a Secretaria de Turismo para a promoção do parque?
- 6- Existem atividades para a promoção do turismo nos parques sendo desenvolvidas em conjunto com a SETUR? Qual tem sido o resultado disso?
- 7- Na sua avaliação é necessário realizar campanhas publicitárias para promover esse parque?
- 8- Como você avalia a prática do turismo no parque? É prejudicial? É benéfico?
- 9- Como você avalia a infra-estrutura do parque para a acomodação dos turistas que procuram essa unidade? A estrutura existente é satisfatória?
- 10- Quais os problemas gerados pela falta de turista? E pelo excesso?
- 11- Na sua opinião, que questões podem explicar o atual número de visitantes nesse parque?
- 12- O turismo que vem sendo explorado no parque é compatível com as atividades do turismo sustentável (explicar o conceito)?
- 13- Em que uma atuação conjunta com a secretaria de turismo contribui ou não para o turismo sustentável? (Caso haja essa atuação) Você acha que a atuação conjunta é importante?
- 14- O potencial do parque tem sido aproveitado para desenvolver o turismo na região? Por que sim? Por que não?

ANEXOS



Figura 1: Portaria do Parque Estadual do Ibitipoca

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 2: Centro de Visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 3: Área de camping do Parque Estadual do Ibitipoca

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 4: Alojamentos do Parque Estadual do Ibitipoca

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 5: Casa de hóspedes do Parque Estadual do Ibitipoca

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 6: Restaurante do Parque Estadual do Ibitipoca

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 7: Prainha: atrativo do Parque Estadual do Ibitipoca

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 8: Janela do Céu: atrativo do Parque Estadual do Ibitipoca

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 9: Centro de visitantes do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 10: Área de camping do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 11: Alojamentos do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 12: Casa de hóspedes do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 13: Restaurante do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 14: Área de convívio do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 15: Vestiários do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 16: Credenciamento do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 17: Pico do Itacolomi: atrativo do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney



Figura 18: Casa Bandeirista: atrativo do Parque Estadual do Itacolomi

Fonte: Foto de Evandro Rodney